

**Carta-Aberta**  
**da Articulação Popular São Francisco Vivo**  
**à Presidenta da República Dilma Rousseff**



Excelentíssima Sra. Dilma Rousseff  
Presidenta da República

A Articulação Popular São Francisco Vivo congratula-se com sua reeleição e, atendendo à sua chamada para o diálogo, dirige-se por meio desta à V. Ex.<sup>a</sup> para trazer-lhe questões relacionadas à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Dizem respeito a seus bens naturais e culturais, a situações desafiantes e a lutas enfrentadas pelas comunidades que a habitam e dela dependem vitalmente, o que vem se tornando cada vez mais difícil. O quadro agravou-se nesta que foi sua pior seca em 100 anos. Nascentes, inclusive a histórica na Serra da Canastra, olhos d'água, veredas e riachos têm secado em quantidade e velocidade ainda maiores que antes.

Composta por dezenas de entidades representativas, movimentos sociais, pastorais, sindicatos, ONGs e comunidades de toda a Bacia, a Articulação Popular São Francisco Vivo tem por finalidade fortalecer as iniciativas populares em defesa da revitalização hidro e socioambiental da Bacia e pelos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais das suas populações, constituídas em maioria por trabalhadores e trabalhadoras e comunidades tradicionais.

Sabemos que a falta de chuvas não é a única causadora e que a volta delas não significa que o pior já passou. A crise hídrica se deve também, e principalmente, aos múltiplos, crescentes, sobrepostos e conflitantes usos das águas do São Francisco, superficiais e subterrâneas, matas, solos e subsolos, decorrentes do modelo econômico imediatista e predatório. E agravou-se de tal forma que os danos e riscos aumentam e assustam a todos, sobremaneira aos moradores da Bacia. Projetos grandiosos feitos ou se fazendo em nome do desenvolvimento, na verdade não beneficiam a todos e deixam um rastro de destruição que está a comprometer a sobrevivência do velho Rio e de seu Povo. São projetos de irrigação à base de agroquímicos, transposições hídricas desnecessárias, minerações e minerodutos, monoculturas, agrocombustíveis, parques eólicos, ferrovias, hidrovias etc., realizados sem os devidos cuidados por parte dos órgãos que os licenciam e financiam, sem um planejamento eficiente que os dimensionem uns com os outros e com a sustentabilidade presente e futura dos recursos, em respeito aos usos tradicionais, vitais para a população local.

As águas que também deveriam correr nas veredas, encher lagoas marginais e molhar vazantes estão alimentando monocultivos de eucalipto, soja, cana de açúcar, sugadas por moto-bombas, poços tubulares, pivôs centrais, desviadas para grandes e pequenas centrais hidrelétricas. São consumidas e contaminadas pelas empresas do agronegócio, mineradoras e siderúrgicas.

Os camponeses, povos e comunidades tradicionais e organizações populares se desdobram pra fazer a sua parte, com grandes dificuldades, muitas vezes sofrendo

perseguição e violência. Mesmo assim empreendem revitalizações de afluentes e subafluentes, por exemplo, os rios dos Cochós, Peruaçu, Serra Branca, Verde, Mocambo, entre outros; as ribeiras, matas e lagoas do Projeto de Assentamento Extrativista em Serra do Ramalho (BA), de quilombos, fundos e fechos de pasto, terras indígenas e assentamentos de reforma agrária ao longo dos rios, caatingas e cerrados da Bacia; a resistência para a preservação de áreas de recarga da Bacia do Rio das Velhas, a Serra da Gandarela, fundamental para abastecer a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que já enfrentou nesta seca racionamento de água em bairros periféricos; e tantas outras experiências importantes de educação, comunicação, lazer e cultura.

Mesmo com as chuvas chegando, a barragem de Três Marias – MG estava com 2,6% de seu volume útil 24 de novembro de 2014, segundo informações da CEMIG. Municípios como Pirapora e Jaíba tiveram problemas de abastecimento humano, balsas pararam sem poder transportar carro e gente e em vários locais as pessoas podiam atravessar o São Francisco a pé. Os pescadores não encontram mais os cardumes, situação agravada a cada ano, resultado da degradação da Bacia. Situações semelhantes ocorrem ao longo dos 2.830 km do rio, piorando a qualidade da água quanto mais se aproxima da foz, somando-se às baixas vazões e ao assoreamento as poluições doméstica, agrícola e industrial.

As seguidas reduções das vazões dos reservatórios determinadas pela ANA – Agência Nacional de Águas não podem ser as únicas medidas possíveis. A CHESF já conseguiu prorrogar a diminuição da vazão da Barragem de Sobradinho, “coração artificial” do São Francisco, em 1.100 m<sup>3</sup>/s, o que significa que na foz deve estar bem abaixo dos 1.300 m<sup>3</sup>/s, vazão ecológica mínima fixada por lei. Além de terem um limite intransponível (qual é este limite?), as reduções priorizam o negócio da energia hidrelétrica e não os demais usos. Enquanto isso, o Programa de Revitalização, apresentado como contrapartida governamental para a Transposição, a quantas anda? Quem dá notícia?

Diante deste quadro alarmante esta Articulação lançou, no dia 27 de agosto de 2014, o *Manifesto Moratória São Francisco Vivo* que propunha:

“Neste momento de gravidade e caos eminentes, exigimos que as instituições dos Governos Federal e Estaduais da Bacia e o Comitê da Bacia declarem **MORATÓRIA PARA O RIO SÃO FRANCISCO: suspensão de novos licenciamentos e outorgas de água para grandes e médios projetos e revisão dos já concedidos na Bacia do Rio São Francisco.** Propomos que, além de retomar e ampliar o relegado Programa de Revitalização, realizem em caráter de urgência uma avaliação hidroambiental integrada de toda a Bacia, por pesquisadores das Universidades Públicas e técnicos do Estado, e a partir destes dados e informações se definam novos e mais restritivos parâmetros de uso das águas, matas e solos e subsolos da Bacia:

- 1º) em caráter de emergência, para as águas acumuladas nas barragens, para amenizar a situação atual;
- 2º) em caráter permanente, para garantir condição de vida para o Rio e o Povo do Rio e evitar a sua extinção.”

Com base no direito de petição, previsto no Art. 5º, XXXIV, da nossa Constituição Federal, protocolamos Representações (em anexo), durante os meses de setembro e

outubro de 2014, nos Ministérios Públicos Federais de Aracaju (SE), Barreiras e Guanambi (BA), Maceió (AL), Petrolina (PE), Montes Claros e Belo Horizonte (MG), solicitando medidas cabíveis contra os agentes governamentais e privados que violam direitos ao promover ou se omitir frente à degradação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A situação agrava-se a cada ano, e a seca apenas evidencia a situação de morte das águas da Bacia, escassas e poluídas, e a situação de pobreza e miséria de muitas comunidades ribeirinhas, a despeito dos programas assistenciais do Governo.

Os grandes projetos em execução ou planejados para a Bacia, muitos de responsabilidade do Governo Federal – como a transposição para o Nordeste Setentrional, fracassada como sabíamos que seria – e dos Governos Estaduais – como a transposição para o rio Jacuípe já anunciada pelo governo eleito da Bahia – “ignoram” acintosamente o quadro terminal do São Francisco e podem representar para ele o “golpe fatal”. Mesma atitude que leva a retardar, emperrar ou se esquecer do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

Ao cabo, solicitamos de V. Ex.<sup>a</sup> apoio para a Moratória São Francisco Vivo e suas postulações e a retomada do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, aperfeiçoando-o com participação das entidades sociais afins e dando-lhe prioridade sobre outros investimentos públicos federais na Bacia.

Brasília, 04 de dezembro de 2014.

Articulação Popular São Francisco Vivo.

Pela Coordenação assinam:

Alexandre Gonçalves  
RG 21835285 SSP/SP

Ruben Alfredo de Siqueira  
3977917 SSP/GO